

# Nuit Debout: contra a Lei do Trabalho e seu mundo<sup>1</sup>

## Dinheiro, precariedade e movimentos sociais

Davide Gallo Lassere  
Tradução por Clarissa Moreira  
Revisão por Alexandre F.Mendes

### 0. *Ready*: isto não é um começo

"Paris de pé, levante-se! Paris de pé, levante-se! Paris de pé, levante-se!": esse canto cadenciado, que ouvimos sempre a cada manifestação, conferiu ritmo ao avanço de duas mil pessoas que, no sábado, dia 09 de abril de 2016, às dez e meia da noite, a partir do *Nuit debout* parisiense, se dirigiram até a Rua Keller para um alegre aperitivo na casa de Valls (ex-primeiro ministro). Após bloqueios reiterados nas universidades e escolas de ensino médio, e após as quatro manifestações impactantes dos dias 9, 17, 24 e 31, o mês de março finalmente chegou ao cume com a ocupação simbólica da *Place de la Republique*, marcando o transbordamento do protesto, – contra a Lei do Trabalho e o seu mundo, – atribuindo assim uma forma inédita, e por tanto tempo cobiçada, à convergência das lutas. Inevitável, portanto, que as pessoas reunidas na praça, contra ventos e marés, mais cedo ou mais tarde sentissem a necessidade de fazer festa na casa daquele que é a encarnação da quintessência do novo extremismo de centro na França: o "vizinho" Manuel Valls. Interclassista e libertário, o *slogan* da manifestação expressa plenamente o caráter apaixonante e apaixonado das mobilizações nesta primavera [2016]: a vontade amplamente inclusivista de se manifestar e recomeçar, após um ano horrível como foi o de 2015, iniciado com as mortes de janeiro do *Charlie Hebdo* e concluído com o atentado ao *Bataclan*, em 13 de novembro, levando à instalação do estado de emergência e à repressão de opositores que se manifestavam contra à COP21 (Conferência do Clima da ONU).

---

<sup>1</sup> *Nota do editor*: O presente texto é a tradução da introdução e do primeiro capítulo do livro *Contre la Loi Travail et son monde*. Argent, précarité et mouvements sociaux (ed. Heterotopia, 2016), de Davide Gallo Lassere, sobre as mobilizações ao redor da nova lei trabalhista para reduzir direitos sociais na França, no âmbito do que aconteceu o movimento do *Nuit Debout* (“de noite acordado”), um eco já mais distante do movimento sul-europeu de acampadas do 15-M. Traduzido por Clarissa Moreira e revisado por Alexandre F. Mendes.

A meta que nos propomos neste ensaio consiste em navegar, brevemente, pelos principais momentos da última grande mobilização francesa, para tecer uma linha de fuga e sondar perspectivas nutritivas no interior do debate político. Para realizar essa tarefa, vamos tentar primeiro reinscrever os eventos franceses – com as suas características específicas, ou seja, a articulação entre o protesto contra a Lei do Trabalho (que implicou, na primeira linha, estudantes, trabalhadores e sindicalistas) e o *Nuit Debout* (cuja composição é mista) – dentro das coordenadas espaciais e temporais da crise global iniciada em 2007-08, e do ciclo de lutas que a acompanhou (a sequência de eventos de gregos, *Indignados* ibéricos, Primavera árabe, Occupy Wall Street, revoltas brasileiras, Gezi Park na Turquia etc.). Este será o desafio deste texto [primeiro capítulo do livro].

Em seguida, em outro texto [segundo capítulo do mesmo livro], tentaremos contextualizar a mobilização em um quadro mais abrangente, mostrando por que "o longo março francês", para lembrar uma bela formulação de Giovanni Arrighi<sup>2</sup>, pode ser assim definido por deitar suas raízes em uma história que, ao mesmo tempo, o precede e o ultrapassa. Em particular, no que diz respeito à França, acreditamos que dois fenômenos desempenharam um papel realmente crucial e anteciparam os protestos contra a Lei do Trabalho: as reivindicações sindicais do outono de 2015 e a pesada capa de chumbo que asfixiou o espaço público nacional – em Paris, em particular – depois dos ataques de janeiro e de novembro de 2015.

Por um lado, parece que as quatro manifestações que cadenciaram a fase expansiva do Março francês conferiram uma forma coletiva e quase unitária aos conflitos setoriais da Goodyear, Continental, Air France etc., dando lugar a uma espécie de clímax ascendente, que culminou com o acontecimento de 31 de março – o dia que se testemunhou um milhão e meio de pessoas caminharem até as praças (dentre as quais um milhão só em Paris) e que, em seguida, foi o estopim para o *Nuit debout*. Nesse sentido, o entusiasmo com o qual a petição pública contra a proposta do *El Khomri Act* [outro nome para a Lei do Trabalho] havia sido assinada, entre o final de fevereiro e início de março, foi um momento emblemático de confluência.

Por outro lado, o que foi verdadeiramente notável no *Nuit debout* é a transformação que o movimento imprimiu ao debate e ao espaço público franceses.

---

<sup>2</sup> Cf. G. Arrighi, *The Long Twentieth Century*, Verso, Londres et New York, 1994.

Jacques Rancière o enfatizou lucidamente <sup>3</sup>: "A *Place de la Republique* passou de lugar de sofrimento e de luto coletivo, de uma juventude ferida e impotente, a um espaço de discussão e ação política, a um ponto de condensação sociogeográfico de uma subjetivação política que pretende desafiar não somente a Lei do Trabalho, mas amplos aspectos do presente" (embora essa sensação de excedente tenha estado bastante presente durante as Assembleias Gerais interlutas e interprofissionais que constelaram o mês de março).

Parece-nos que, mais uma vez, o coletivo *#OnVautMieuxQueCa*<sup>4</sup>, que viralizou a partir de meados de fevereiro, serviu como uma espécie de ponte, na medida em que, ligado ao aumento das disputas nos locais de trabalho, promoveu a passagem de uma narrativa das experiências vividas centrada em torno da dor das vítimas, do pesar e do medo ante o terrorismo, para o relato das discriminações diárias sobre os abusos e maus-tratos nos lugares de trabalho, dos acordos extracontratuais, das horas de trabalho excessivas, do assédio, dos salários - aviltantes, da discriminação racista e sexista etc., promovendo com isso uma tomada da palavra pelo trabalhador precário, tão disseminada durante o *Nuit debout* e produtora, por sua vez, de uma vontade de ação comum.

Essa dupla e breve consideração mostra que a efervescência da primavera de 2016 não surgiu do meio do nada: muitos elementos, com efeito, que certamente não configuram uma trama, mas que sem nenhuma dúvida prepararam a atmosfera, já estavam lá.. Mesmo o filme de Ruffin, *Merci patron!*, que catalisou o debate durante algum tempo, começou a ser projetado em meados de fevereiro. Este documentário, bem como o de Françoise Davisse, *Comme des lions*, também as lutas sindicais e os vídeos produzidos pelo *#OnVautMieuxQueCa*, todos eles representam episódios de uma revanche (lembramos do choque em razão da camisa do DRH da Air France!), cada qual paradigmática a seu modo, capazes de injetar um desejo de revolta que pôde afastar o sentimento de impotência que, em grande parte, prevalecia desde os fatos de 2015 na França.

Lembrar os fatores de continuidade (em termos de mundo do trabalho) e a transformação do papel da praça e do sentimento cidadão (da unidade nacional sufocante pós-*Charlie Hebdo* e da recepção relativamente positiva ao estado de emergência, à desilusão com o sistema político em vigor) não é uma operação inocente.

---

<sup>3</sup> Cf., <https://forum.nuitdeboutlyon.fr/t/entretien-jaques-ranciere-sur-nuit-debout/1200>.

<sup>4</sup> <http://www.onvautmieux.fr>

O aumento da conflitualidade sindical e a politização de parte dos cidadãos exprimem um sentido à mobilização francesa, lançando luz à forte interação, de caráter recíproco, que subsistiu entre as lutas salariais e o questionamento mais amplo da situação atual; entre a crítica da exploração e a crítica da dominação, entre, no fundo, a crítica do capital e a crítica do Estado, sob a veste dupla da crítica da representação e da crítica da violência policial – se tornando cada vez mais central à medida em que a repressão se tornava mais aguda.

É essa ação recíproca, justamente, que constituiu o verdadeiro *fio vermelho do protesto* contra a Lei do Trabalho e todo o seu mundo. Ela já estava operando entre o caráter de massa e o aspecto cada vez mais determinado das manifestações e das ocupações simbólicas, ao menos, das praças (em Paris, por exemplo, quase sempre se buscou um acordo com a prefeitura). Em nossa opinião, esses protestos representaram uma das condições políticas decisivas para a duração e a replicação do *Nuit debout*, que se configurou como uma das principais condições materiais de retomada das manifestações (especialmente em Paris, onde há uma flagrante falta de espaços sociais compartilhados). *Nuit debout*, portanto, como um lugar social e geográfico na direção do qual se canalizam as energias a fim de continuar a se encontrar, debater, , se organizar e lançar novas iniciativas: ações de solidariedade material contra os despejos e remoções, destruição de grades que impedem a construção de acampamentos para os migrantes, ações em apoio às ocupações de teatro efetuadas pelos trabalhadores do espetáculo e da cultura, obstrução e perturbação de reuniões da classe política, ações de bloqueio logístico, dos locais de produção, de consumo etc.

Mas vimos essa ação recíproca operar também no que diz respeito à relação entre as linhas de frente das manifestações e as bases sindicais e entre os líderes sindicais e as centrais dirigentes. De um lado, quanto mais a linha de frente se mostrava combativa, mais a base sindical aderiu às ruas e, quanto mais a base sindical aderiu, mais a primeira linha das manifestações se tornava robusta e corajosa. De outro, quanto mais a base sindical se fortalecia, mais mobilizações eram lançadas pelas lideranças sindicais e, quanto mais as cúpulas sindicais apoiavam greves e bloqueios, tanto mais as bases tornavam-se refratárias a qualquer tipo de acordo, superando, os serviços de ordem erigidos pelas lideranças sindicais para ficarem na linha de frente das manifestações. Apesar das diferenças na composição social e de perspectivas políticas, e apesar da pluralidade de práticas que estiveram presentes, entre os dias 09 de março e 14 de junho, nós assistimos a um crescimento de potência comum dos sujeitos

implicados na luta decorrente dessa ação recíproca entre, em resumo, "autonomia" e "organização".

No entanto, a percepção de que, não só a coabitação de sensibilidades e orientações normalmente irreconciliáveis apareceu de forma virtuosa apenas e um piscar de olhos; como também, acima de tudo, o fato de que ela não conseguiu obter qualquer resposta por parte do governo e do Medef (Movimento das Empresas Francesas), deve ser objeto de um balanço social e político realista e doloroso – balanço que vai além das tarefas deste pequeno panfleto. O que tentaremos fazer aqui é, em primeiro lugar, o esboço de alguns elementos de reflexão que podem ajudar na elaboração, necessariamente coletiva, de um balanço sociopolítico necessário dos acontecimentos. Aqui, o que queremos articular é simplesmente uma modesta tentativa de leitura da tendência atual, a fim de antecipar a próxima fase, como aliás as classes dominantes têm sido capazes de fazer à sua maneira desde muito tempo. Se, depois de Lênin, se seguiu o momento de Keynes e se, depois de maio de 68, foi a época de Thatcher & Co., desta vez o nosso desafio consiste em reverter essa tendência histórica, em virar os signos do avesso e começar do começo. E o começo é a mobilização contra a Lei do Trabalho e do seu mundo!

### **1. *Steady*: um ponto de vista transnacional**

A validade de uma análise sociopolítica de determinado momento histórico deve ser examinada a partir de dois indicadores fundamentais: a periodização e o nexos de causalidade do processo em questão. Diferentemente da vulgata anticomunista, argumentamos que o ponto de passagem que conduziu à situação atual deve ser buscado entre o final dos anos 60 e início dos anos 70, isto é, em concomitância com o lançamento do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo – e não com a implosão do universo soviético. Este último fenômeno, embora tenha, de fato, aberto o campo para o desenvolvimento extensivo e intensivo do *cosmos* capitalista<sup>5</sup>, não é adequado para explicar as profundas mudanças que já estavam em curso há vários anos no Ocidente (tanto do ponto de vista econômico e político, quanto cultural e

---

<sup>5</sup> Extensivo pois criou repentinamente mercados imensos e quase não contaminados pelo livre comércio; intensivo no Ocidente, porque o espectro do comunismo, atuando como astúcia da razão histórica, no entanto, diminuiu a exasperação de ataques ao bem-estar social e ao trabalho assalariado.

antropológico). Ele representa, por conseguinte, um fator de importância secundária, do qual seria útil tomar distância, seja cronologicamente, seja teoricamente.

### ***O uso capitalista das lutas: quem ganha perde?***

O conjunto de fenômenos decisivos para decifrar a atualidade teve sua emergência quase vinte anos antes da queda do Muro de Berlim. Este breve, mas intenso período, delimitado pelas fortes ondas de contestação e pela crise econômica que culminou com o choque do petróleo de 1973, constitui o ponto de partida mais adequado para compreender: 1) as mudanças em curso no domínio socioeconômico e político-cultural; 2) as ações recíprocas entre um e outro.

O coração do movimento, que se desloca do modelo anterior de desenvolvimento para o regime atual de acumulação e consumo flexíveis, é integralmente interior à operação do próprio sistema capitalista. A *crise do fordismo* é a principal causa das transformações sociais que ocorreram até agora e que foram aceleradas pela crise de 2007-08. Ora, se no segundo parágrafo deste capítulo, nós nos concentraremos sobre o aguçamento da concorrência econômica seguida da internacionalização dos circuitos capitalistas e de sua financeirização progressiva, aqui nós iremos nos limitar em sublinhar a ingovernabilidade do antigo ciclo produtivo, isto é, a insubordinação da força de trabalho quando submetida à direção heterogênea de tarefas mecânicas e repetitivas, bem como no nascimento e desenvolvimento dos âmbitos expressados pelos movimentos estudantis e feministas. Essa perspectiva privilegia uma visão política e moral a partir "de baixo" e se revela particularmente interessante para compreender a força e a qualidade das contestações da época.

As lutas sociais venceram. Entre 1968 e 1973, *grosso modo*, instâncias reivindicatórias significativas foram amplamente reconhecidas e incorporadas pelo sistema de proteção social, moldando um mundo mais equitativo no plano da justiça: da redução da jornada de trabalho ao aumento da retribuição salarial, da melhor partição do mais-valor em favor dos trabalhadores ao fortalecimento dos partidos e organizações sindicais; da instituição de uma legislação que melhorava a segurança do trabalhador à redução da taxa de desemprego, apenas para citar alguns exemplos. No período imediatamente posterior, os protestos, não apaziguados, obtiveram ainda mais vitórias, tanto em termos de democratização do ambiente de trabalho, – com a diminuição das hierarquias rígidas nas fábricas e com a instalação, segundo uma geometria variável, de

práticas que concediam mais espaço à autonomia na organização do trabalho e à participação na gestão dos negócios, – seja no que diz respeito ao aumento das oportunidades de autorrealização no emprego da própria força de trabalho, seja na superação, – vale repetir novamente: mais ou menos parcial, – do modelo fordista e taylorizado de organização que levou ao enriquecimento das tarefas de trabalho. Além disso, o campo das conquistas dos movimentos sociais não se limitou apenas ao mundo estrito do trabalho formal, pois, graças às mulheres e aos jovens, também terminou por provocar uma transformação abrangente das relações sociais. Este último fato se deu em virtude, de um lado, das lutas antiautoritárias contra as instituições encarregadas da socialização (família, escola etc.) e, de outro, da derrubada da hierarquia de valores e de visões de mundo tradicionais<sup>6</sup>.

A paisagem social que irrompe no horizonte atual, no entanto, passados mais de 40 anos dessas contestações duras, amplas e prolongadas, não é tão rosa quanto facilmente poderíamos imaginar: o setor privado tem desfrutado de várias décadas de subsídios da esfera pública, enquanto persiste um trabalho contínuo de desmantelamento da riqueza social, marcado concomitantemente pela privatização do bônus e pela socialização do ônus desse processo. A precariedade e o endividamento tornaram-se condições econômicas e existenciais que não são apenas os pivôs do novo regime de acumulação, mas também uma importante fonte de sua instabilidade atual. Enquanto isso, o estado de saúde do meio ambiente continua a ser negligenciado em proveito da santa aliança estabelecida entre os requisitos empresariais de gigantes multinacionais, os objetivos de crescimento dos blocos de estados-nações regionais e o "ultrassubjetivismo" dos indivíduos contemporâneos.

Como é possível, então, que as lutas, tendo vencido, acabaram perdendo? Para ousar responder a essa pergunta é necessário abrir a caixa preta do último meio século. A renovação ou a reconfiguração do sistema de proteção social pode se desencadear, basicamente, através de duas fontes principais: desde cima, como resultado de atos de gestão por parte dos governos, gestores públicos e privados e representantes de categorias sociais ou grupos de interesse lobistas; ou desde baixo, sendo um trabalho constituído das revoltas sociais e das instituições de contrapoder. O que emerge da história de Maio de 68 é precisamente o papel ativo/propositivo desempenhado pela crítica do capitalismo enquanto um agente de mudança social.

---

<sup>6</sup> Ver cf. L. Boltanski, E. Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme*, Gallimard, Paris, 1999, pp. 241-90.

Na verdade, é claro que este nosso período tem sido atravessado por profundas mudanças que ainda não deixaram de reverberar em todo o seu alcance na organização social. Alterações que acabaram se verificando, – o que não é coincidência, – como uma resposta às tensões sociais com o objetivo de atender e /ou contornar as instâncias de base. No entanto, também é verdade que, depois de 68, a rebelião das massas fora suplantada pela das elites. O patronato (que não desejava mais se chamar assim) foi quem conseguiu realizar a transição dialética da arma da crítica à crítica das armas, a dita transformação da teoria em prática. As classes dominantes (cuja imagem deve ser absolutamente desmitificada, não mais se apresentando como um macrossujeito monolítico, feito de granito e portador de uma intenção maligna) compreenderam em parte o mal-estar que ameaçava a "paz social", metabolizaram seus ecos mais profundos e os misturaram no interior dos circuitos de reprodução ampliada do capital, obtendo um duplo ganho: uma extensão da esfera das necessidades/desejos a ser mercantilizada e uma nova oferta de incorporação ao trabalho mais tranquilizante.

A sucinta transposição da axiomática da transformação capitalista para o contexto histórico mais recente mostra, portanto, a *heterogênese* que pode caracterizar os fins postos pela crítica e a sua personificação no assim chamado “novo espírito do capitalismo”, fazendo parte também dessas "forças que sempre querem o bem e que sempre criam o mal", para lembrar Goethe citado por Max Weber. A crítica foi desviada de seu objetivo original e colocada a serviço da reprodução do capital. A dinâmica do capitalismo – a destruição criativa perversa que afeta não só a criatividade empresarial, mas também os impulsos que dão vida aos movimentos sociais – assimila cada instância contrária à sua lógica e natureza, levando ao enfraquecimento de suas forças políticas e tornando-a funcional ao seu próprio desdobramento.

O grave problema, ainda por resolver, da crítica anticapitalista diz respeito, portanto, à mobilidade permanente: como reconquistar a iniciativa política perdida na esteira das reconfigurações dos processos sociais, sempre mais rápidos, sempre mais voláteis e a cada dia menos ligados às forças soberanas<sup>7</sup>? À retomada do capitalismo

---

<sup>7</sup> Apesar de seu caráter contraditório e problemático, a fragilização do regime de acumulação fordista - que sempre encontrou na soberania monetária e política do Estado-nação uma aliada para gerenciar as relações salariais - complicou muito a situação. Poder dispor de um aparato de coerção legítima (para além das suas funções repressivas) não só permitiu relações entre os requisitos normativos para o uso da força, mas também a limitação das reformas respeitando pactos sociais advindos da triangulação entre o governo (e seu braço armado monetário: o Banco Nacional), Medef e sindicatos ou partidos de esquerda. No entanto, considerando que não há nada a lamentar nos velhos tempos, que fim levou a constelação pós-nacional da contratualização entre as partes e a soberania política e monetária, desmoronando sob os golpes da financeirização transnacional de governança?

*deve-se* (normativamente e logicamente) responder com um novo lance da crítica no ponto mesmo onde o próprio sistema se reconfigurou, em sua constante metabolização de tudo aquilo que lhe é oposto. No entanto, a crítica ainda não foi capaz de dar conta, efetivamente, da "condição pós-moderna". A desorientação ideológica que marca o tempo presente é o sintoma mais preocupante da falência dessas tentativas, todas elas despedaçadas pelo capitalismo galopante.

Após um período de incandescência, a crítica anticapitalista não foi capaz de acompanhar as mudanças sociais. O mundo que brota de suas cinzas manifesta, com efeito, um caráter intimamente contraditório: ele fermenta as possibilidades de emancipação, mas é ao mesmo tempo retrabalhado por inversões de tendência que ocorrem ao longo das várias gerações. Nas décadas que antecederam o final do milênio, testemunhamos, assim, a deterioração gradual do estatuto das classes médias e à perda de poder de barganha e de poder aquisitivo de uma grande parte dos trabalhadores. As novas gerações, especialmente aquelas que compõem as camadas sociais médias e baixas, sofreram um recuo geral das perspectivas de vida, cuja percepção foi apenas parcialmente compensada por uma maior liberdade na esfera da autoexpressão. As desigualdades, assim, mesmo se elas acentuaram características biográficas, mantiveram seu típico signo social, experimentando uma recrudescência na última virada do século (voltaremos a isso reiteradamente).

Esse empobrecimento relativo geral das condições materiais de vida e de trabalho tem sido acompanhado, – como já dissemos, – por um surto incrível de possibilidades de emancipação, incluindo a da autorrealização pessoal. Isto não significa, no entanto, que a liberação conquistada pelos movimentos sociais seja de algum modo execrável, pois ela contribuiu para as mudanças em curso: tudo aquilo que não sobreviveu ao batismo de fogo de 1968 – da esfera moral e valorativa à vida sexual, política e cultural, passando pelas relações de gênero e intergeracionais – deve apodrecer para sempre no inferno. Um pouco perversamente, tudo isso se misturou à erosão de direitos outrora considerados estabelecidos, levando-nos para este outro modelo vigente de capitalismo que – sem nada conceder às odiosas formulações de jornalistas vendidos, pode ser definido paradoxalmente como *esquerdismo*.

Ao contrário do que fazem os vendedores de opinião, com este adjetivo queremos enfatizar a internalização social das instâncias derivadas do protesto que se mostraram altamente compatíveis com as exigências patronais. Trata-se de um *libertarismo* – em muitos casos forçado, ou, de qualquer forma, padecido na pele – que

vem sendo refinado a partir das reivindicações salariais e que não só é incapaz de ameaçar o núcleo duro da dialética entre capital e trabalho, como também incentiva o desenvolvimento do primeiro polo sobre o segundo. O modo de regulação do capitalismo surgido na década de 1980, em comparação com o da década de 1950, certamente aumentou o seu próprio "appeal", para exibir-se como um personagem mais atraente e sedutor, uma força mobilizadora capaz de envolver aqueles que tinham ficado descontentes dentro das relações sociais de antigamente.

Devidamente despolitizadas, certas instâncias da crítica anticapitalista puderam converter-se de um modo contra-finalista *ancillae oeconomiae*, pois elas se afirmaram parcialmente em locais de trabalho ou consentiram com a exploração de novos nichos de mercado. "Enriquecimento" das tarefas, "diversificação" de funções, flexibilidade de horários, multiplicação de projetos: esse processo implicou a individualização das condições contratuais, tanto no que se refere às atribuições quanto às formas de remuneração. Por outro lado, os bens produzidos pela gestão pós-fordista e toyotista do trabalho também homologaram a inauguração de uma época que se distingue pela autonomia dos bens de consumo e a personalização da mercadoria (customização). A ligação em rede das instâncias individuais caracterizadas pelo que uma vez foi o substrato comum de uma crítica radical da sociedade atual é o cavalo de batalha das novas tropas de "co-workers" que hegemonomizam a estratificação global do trabalho, que vão da Califórnia à Nova Delhi, passando pela costa chinesa oriental<sup>8</sup>:

A autonomia, a espontaneidade, a mobilidade, a capacidade rizomática, pluricompetência [...], a convivialidade, a abertura aos outros e à novidade, a disponibilidade, a criatividade, a intuição, a sensibilidade às diferenças, a escuta do vivido e a recepção de múltiplas experiências, a atração pelo informal e a busca de contatos interpessoais.<sup>9</sup>

Essa lista poderia ser extraída tanto de um panfleto esquerdista de Maio de 68, como de um e-book da nova-gestão dos anos 1990s<sup>10</sup>. O cavalo de troia que deveria ter garantido a emergência de coletividades revolucionárias favorece, ao invés, o crescimento da rede de terceirização e subcontratação em cadeia, à redução dos trabalhadores efetivos e à ligação transnacional de unidades produtivas. Portanto, a

<sup>8</sup> L. Boltanski, E. Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme*, op. cit., p. 150.

<sup>9</sup> L. Boltanski, E. Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme*, op. cit., p. 150.

<sup>10</sup> A este respeito, um exemplo paradigmático é o pequeno livro do situacionista Raoul Vaneigem, o famoso "Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations", o que para um tipo heterogêneo dos fins, parece ter se tornado um tratado de gestão do conhecimento para uso por jovens gestores!

presente morfologia do mundo do trabalho assume cada vez mais os traços de uma estrutura abrangente e reticular da cooperação social. A forma de organização da sociedade capitalista afrouxou a sua ossatura e as grandes dimensões do fordismo, para ser capaz de mover-se mais livremente na tendência da internacionalização seletiva da produção.

Os efetivos empregados são assim reduzidos, o emprego pouco qualificado se deslocaliza, e a terceirização recorrente das prestações cognitivas ou excedentes substitui a fidelidade vitalícia à empresa. Em alguns setores-chave, o trabalho pode acontecer sob o signo da disponibilidade e da flexibilidade, perscrutando, assim, – como diz a vulgata, – a possibilidade de aumentar as fontes de autorrealização: a liberação da iniciativa individual deveria desencadear a criatividade pessoal, enquanto a flexibilidade do trabalho por projeto envolveria uma abertura à mudança e à diversidade, como garantias para a descoberta e o autoenriquecimento permanentes. A mobilidade do posto de trabalho e a espontaneidade necessárias em muitas das novas tarefas (não mais simples *funções*, mas *prestações* em que é requerida uma participação ativa, muitas vezes em grupo) prometem uma vida mais emocionante do que antigamente, ainda que seja menos segura e mais livre de compromissos por igualdade e justiça social.

A produção de seres humanos através do ser humano tem gradualmente redimensionado a importância da produção de mercadorias através de mercadoria. A disseminação de serviços pessoais (de assistência social, saúde, reprodução), o papel decisivo da educação, pesquisa e formação, ou a crescente centralidade das indústrias culturais representam autênticas centralidades, cada vez mais nevrálgicas na nova divisão transnacional do trabalho e na reconfiguração socioeconômica que daí deriva. Em particular, o chamado "capital humano" tornou-se um dos pilares da fase neocapitalista em que vivemos, resultando numa composição orgânica do capital adequada para os tempos da bioeconomia cognitiva. Aptidões e inclinações incorporadas por sujeitos adquirem um valor até então desconhecido, convertendo-se em verdadeiros "recursos humanos". Para a produção de novos tipos de mercadorias como na indústria de serviços – esses novos tipos de trabalho nos quais se materializa uma espécie de ruptura das sociedades contemporâneas – a força física exclusiva já não é indispensável; mas em contrapartida se torna fundamental o refinamento contínuo dos recursos especificamente humanos e a extensão indefinida de suas habilidades.

Depois de um longo período de sujeição à máquina, o corpo vivo assume uma nova centralidade desembocando na fusão da tradicional dicotomia entre capital e trabalho. Doravante o desenvolvimento econômico não se dará mais com prioridade sobre o desenvolvimento dos meios de produção, mas sim através da exploração de capacidades vitais próprias dos seres humanos – o chamado *capital humano*. Assim, as qualidades essenciais dos indivíduos estão funcionando sob a direção de ordem monetária, a fim de serem continuamente valorizadas em termos capitalistas.

A avaliação (repetimos: monetária mais do que subjetiva) de habilidades tais como o conhecimento e a linguagem conduz à inseparabilidade entre a vida e os momentos de formação ou de trabalho, levando assim a uma queda tendencial da taxa de separação entre tempo/lugares de trabalho e tempo/lugares da vida. A natureza da força de trabalho se torna cada vez mais integrada ao ciclo de vida, uma vez que são as experiências que envolvem diretamente a subjetividade e a sua personalidade singular que estabelecem uma componente do valor. As habilidades comunicativo-interpessoais, convivialidade, mas também a estética e as emoções, passam a ser a espinha dorsal da subsunção já realizada do ser humano ao processo produtivo:

(...) com a passagem do capitalismo fordista ao capitalismo cognitivo, a relação social que representa o capital tende a se transferir da relação entre trabalho e máquina para a relação entre mente e corpo, entre o cérebro e o coração, isto é, tornar-se inteiramente interna ao ser humano. Mas, longe de ser o capital "humaniza", é a vida dos indivíduos, com as suas muitas peculiaridades e diferenças, que é traduzida como "capitalizável"<sup>11</sup>

A chamada mercantilização das diferenças – para além do alargamento do circuito da reprodução econômica – leva a um incremento da taxa de exploração do trabalho pelo capital, bem como uma subsequente escravização de seres humanos e de suas características, uma vez que não se sujeita sequer ao jugo da troca monetária (entre capital e trabalho). Para a produção de mercadorias relativamente novas, que representam uma parte cada vez mais importante do mercado – ou seja, os serviços culturais, tecnológicos e estéticos, o serviço e o cuidado à pessoa etc., – é demandada explicitamente a efetivação de qualidades que, tradicionalmente, eram de pouca ou nenhuma importância na cadeia produtiva, – essas qualidades genericamente, especificamente humanas, que os atores dos movimentos sociais se esforçaram por

---

<sup>11</sup> A. Fumagalli, *Bioeconomia e capitalismo cognitivo*, Carocci, Roma, 2007, pp. 184-85.

valorizar subjetivamente e que agora foram levadas ao centro do processo criativo de renda e lucro do capitalismo.

### **O uso capitalista das crises: revolução pelo alto, PIIGS e o extremismo de centro**

O colapso dramático do universo soviético provavelmente atuou como um catalisador para a nova grande transformação em curso. Com o colapso final do socialismo realmente existente e a abertura cada vez mais acentuada da China para o mercado mundial, as alterações morfológicas e a refundação axiológica das bases que estruturam o capitalismo hoje puderam finalmente manifestar-se em toda a sua ganância virulenta. Isso se deu mediante a conscrição ao trabalho de milhões de proletários, abominavelmente explorados, em paralelo ao encolhimento das organizações coletivas, a redução das funções sociais do Estado (porém nunca das repressivas), a superação do direito do trabalho pela iniciativa privada. Essas são apenas as medidas mais visíveis que se arrastam lentamente como uma grande sombra projetada sobre as populações de, pelo menos, metade do globo terrestre, a fim de permitir que se contornem as garantias contratuais do trabalho organizado e se sustente uma governabilidade eficaz. A redução das equipes de produção e a reação ideológica que a acompanha passo a passo, de fato, desintegraram o contrapoder operário, esfacelando a unidade de ação construída em torno da partilha de um destino comum.

Dito isto, as sementes da devastação social a que estamos sendo confrontados remontam à crise do início dos anos 1970 – e não aos ruidosos 1990 do Consenso de Washington. Com efeito, sob o capitalismo, é sempre através de crises que ocorre a reconfiguração das relações sociais, que vão se tornar hegemônicas durante o período seguinte. É sempre através da crise que se anuncia a transição de um regime de acumulação para outro, que se produz a conversão de um modo de regulação para outro. Ora, é entre 1968 e 1973 que o volume absoluto e relativo dos lucros caiu drasticamente. A razão decisiva para esta diminuição está relacionada com a crescente

ingovernabilidade do processo de (re)produção, imanente à difusão e recrudescimento das lutas sociais <sup>12</sup>.

A financeirização da economia resultante desses fenômenos certamente serviu para recuperar margens de lucro perdido entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, mas contribuiu especialmente para reafirmar o comando capitalista sobre o ciclo de produção, ao passo que se reconfigurava a "composição de classe" e, mais globalmente, as relações sociais da época. Se, por um lado, a insubordinação dos trabalhadores expressa pelas reivindicações de autonomia e aumentos salariais também tem sido domada através da assimilação tortuosa de algumas das aspirações de emancipação; por outro, as finanças gradualmente ganharam os holofotes, promovendo revoluções radicais no interior da forma-empresa, apoiando a inovação tecnológica e dissolvendo as formas das relações sociais anteriores – *in primis* no coração do mundo do trabalho. Revelou-se, assim, uma arma decisiva para a mudança social dos últimos 40 anos, tanto para o enfraquecimento do antigo regime de acumulação e regulação, quanto para a formação de um novo regime. As turbulências monetárias e financeiras da época foram, portanto, explicitamente exploradas e aproveitadas com o fito de apaziguar a conflitualidade e, a seguir, voltar a impor controles por parte do capital sobre os antagonismos suscitados pela reprodução social e econômica. Nesse sentido, podemos dizer que as mudanças na esfera monetária e financeira mostraram um forte componente político e institucional, que corresponde a um projeto de contraofensiva, e que pode ser descrito como "revolução desde cima."<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Certamente, a intensificação da concorrência internacional - paralela à reconstrução das economias dos vencidos da Segunda Guerra Mundial e o renascimento dos países em desenvolvimento e do colonialismo - também desempenhou nisso um papel determinante. Da mesma forma, o esgotamento produtivo de inovações tecnológicas e organizacionais do fordismo, como estreitamento de nichos de mercado de propriedade de massa, e a necessidade concomitante de estimular novas necessidades de consumo têm contribuído para retardar o movimento geral de acumulação e valorização do capital. Esse discurso também se aplica à rigidez e ao tamanho crescente de empresas e na imobilidade dos investimentos e processos de tomada de decisão longos. Resumindo, pela falta de flexibilidade e de dinamismo do modelo fordista e Taylorista. Mas é a força crescente do trabalho coalizado que representava um peso cada vez mais insustentável para o capital. Daí o ataque, ainda hoje, aos salários diretos (poder de compra), indiretos (direitos sociais) e diferidos (aposentadoria) e organizações de trabalhadores, a fim de restaurar a supremacia do capital.

<sup>13</sup> A este respeito, ver as discussões sobre a moeda do Sergio Bologna, Lapo Berti, Christian Marazzi, Marcello Messori e outros, na revista *Primo Maggio* entre 1973 e 1978, eles ainda permanecem reverberantes para desenvolver uma análise teórica e política das mudanças ocorridas após os acordos de Bretton Woods. Ver a bela síntese proposta por S. Lucarelli, "The 1973-1978 Workgroup on Money Journal do Primo Maggio", no *Jornal Internacional de Pluralismo e Educação Economia*, Vol. 4, N ° 1, 2013, pp. 111-137 ou a de S. Wright, "revolução de cima? ", em Van der Linden, K. H. Roth (Ed), *Beyond Marx*, Brill, Chicago., Pp. 369-394.

Em particular, é a função de crédito da moeda que teve um papel estratégico, capaz de articular, de modo eficaz, racionalidade econômica e interesses de classe. Diferenças no acesso ao dinheiro sob forma de crédito modulam – por definição – a segmentação social: aqueles que conseguem ter dinheiro encontram-se imediatamente em um outro nível, em comparação àqueles que não têm esse acesso; a concessão de crédito, o seu volume e as taxas atribuídas são uma fonte inegável da desigualdade. É por isso que as políticas monetárias e de crédito não somente participam na reprodução das assimetrias de poder, mas desempenham também função fundamental nas metamorfoses qualitativas que afetam o modo de produção.

Com a desmaterialização final da moeda fiduciária em 1971, com o fim da conversibilidade em ouro, as classes dominantes foram capazes de erigir a sua ação à maneira de um demiurgo, fazendo das taxas de juros uma variável chave para governar a força de trabalho. Desde o final dos anos 1970, a subida gradual das taxas de juros resultou em uma crescente tensão no mercado de crédito, tensão que, por um lado, exacerbou a competição empresarial, forçando a busca de inovação tecnológica organizacional e, por outro, encorajou o desvio da poupança para os circuitos financeiros. Esses dois fatores são a base da submissão direta das subjetividades (leia-se: a dominação pura e simples) e seu assujeitamento (leia-se: a aceitação indireta da subordinação) com as novas leis econômicas. São dois lados da mesma moeda. De fato, como as prestações de serviço exigem cada vez mais uma participação mais ativa das faculdades humanas mais específicas aos ditames da produção de lucro (linguagem, habilidades interpessoais etc), a renda deve ser cada vez mais assimilada e valorizada dentro dos circuitos financeiros (seguros de vida, fundos de pensões, etc.). A subsunção total da vida ao capital é assim desenvolvida em paralelo às variações monetárias e à superação da crise do regime de acumulação keynesiano-fordista que eles ajudaram a causar.

O que é ainda mais importante, porém, é que a imensa extorsão global, num nível verdadeiramente planetário, de mais-valor absoluto e relativo a que temos assistido nas últimas décadas, reconfigurou o mundo do trabalho integralmente, dando origem, de um lado, às novas formas de (auto) exploração, e, por outro, ao redesenho das linhas de divisão social e transnacional do trabalho face a discriminação material de gênero e raça. É através desta luta feroz contra os trabalhadores e seus direitos sociais que o capital tem conseguido recuperar o vigor perdido e aumentar (ainda que pela “esquerda”) o seu movimento. No entanto, a globalização financeira e o caráter cada

vez mais invasor da moeda em nossas vidas diárias – *o devir-mundo do dinheiro e o devir-dinheiro do mundo* – condenam ferozmente toda e qualquer tentativa de avançar na busca pela regulamentação perdida.

A tendência de substituição por formas financeiras de salários e direitos sociais, por um lado, e o controle monetário sobre as novas figuras do trabalho vivo, por outro, codeterminam a origem da crise atual; todos eles em conjunto estão envolvidos no enfraquecimento gradual do neocapitalismo. Certamente essas duas iniciativas lograram, por um tempo, manter a retomada dos lucros: a captura financeira dos salários representou uma contratendência essencial para alimentar a dinâmica capitalista, enquanto o comando sobre a força de trabalho restabeleceu a ordem no processo econômico, ao mesmo tempo aumentando a produção em modalidades anteriormente inexploradas. Agora, no entanto, essas contramedidas parecem ter esgotado sua função histórica; elas já não parecem ser capazes de restaurar o nível anterior da taxa de lucro, apesar da dominação e exploração que continuam garantindo pesarem mais do que nunca sobre os ombros dos sujeitos, as suas atitudes e desejos, bem como as suas expectativas futuras.

Assim, o "biopoder financeiro", depois de ter redesenhado o mundo do trabalho e subjetividades à sua imagem, acabou dando mais corpo às práticas de expropriação imediata e brutal de riqueza; ao desapossamento violento dos direitos sociais adquiridos através de muitas disputas e por muitas décadas e ao desmembramento rentável de empresas. Em suma: dando corpo aos mecanismos de extração de valor que estão desmantelando tudo o que ainda escapa a uma valoração imediata em termos capitalistas e que, por isso, acabam por repropor a atualidade histórica da chamada "acumulação originária"<sup>14</sup>.

Se, por algum tempo, a financeirização do consumo, poupança e meios de reprodução (habitação, educação, saúde, aposentadoria) manteve (quase) os padrões de vida das camadas médias e baixas inalterados, gerando um "efeito riqueza" que proveu o desenvolvimento neocapitalista (isto é verdade especialmente para países anglo-saxões), a "inclusão diferencial" de indivíduos neste universo biopolítico, sua subsunção

---

<sup>14</sup> Por acumulação originária pode-se compreender todos os atos de violência extra-econômicos com vistas a valorizar os recursos, formas de vida, relacionamentos ou subjetividades fora dos circuitos de produção capitalista ou ainda não totalmente integrado dentro deles. Neste cf. r« Enclosures, the Mirror Images of Alternatives », *The Commoner*, n° 2, September 2001, disponível gratuitamente on-line para <http://www.commoner.org.uk/?p=5>, M. De Angelis, *The Beginning of History*, Pluto Press, London, 2007, ou S. Mezzadra, « The Topicality of Prehistory », *Rethinking Marxism*, n° 23/3, 2011, pp. 302-321.

crecente às finanças, determinou um terrível incremento dos endividados, dos precários e dos trabalhadores mais pobres.

Por um lado, toda uma gama de esferas correspondentes às necessidades sociais básicas vem se tornando cada vez mais integradas aos circuitos financeiros, que têm gradualmente colonizado a vida cotidiana de tudo e de todos <sup>15</sup>, nada revela mais a invasão de privacidade do que o perigo (futuro, mas já presente) de perder sua moradia por insolvência devido às flutuações nas taxas de juros relativas aos empréstimos – genuína espada de Dâmocles que desempenhou um papel fundamental na eclosão da crise de 2007-08. Por outro lado, o próprio número de pessoas diretamente envolvidas em assuntos financeiros aumentou muito nas últimas duas décadas. São notadamente os "subalternos" objeto de especial atenção por parte das finanças antes de serem por ela absorvidos. Longe de originar uma suposta democratização do crédito, esse fenômeno transformou o sonho americano num pesadelo. Securitização, ou seja, o *nec plus ultra* da liquidez, permitiu que grandes fluxos de dinheiro vindos de investidores de todo o mundo se dirigissem para as áreas empobrecidas, iludindo as massas de trabalhadores precários, minorias étnicas, mulheres e todos os tipos de sujeitos economicamente mais debilitados quanto a seu direito à educação, seguridade de saúde, habitação etc. – mesmo que tivessem que "estrangulá-los" em seguida, caso necessário (e este certamente foi o caso). O que parecia impensável no início do milênio – uma regressão social tão aguda e transversal nas condições de vida das sociedades ocidentais – se tornou uma realidade angustiante.

Esta verdade digna de *La Palisse* é particularmente evidente no interior da União Europeia, especialmente no arco periférico partindo da Irlanda e chegando aos países do Leste, passando por Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Foi ali que crise se revelou do modo mais cristalino possível, como um método de governo. Foi ali que ela fez reemergir da forma mais pura o autoritarismo de urgência que tínhamos visto assolar as sociedades do chamado Sul global nos anos de 1980 e 1990. Este é o lugar onde a forma e a substância das democracias liberais foram esvaziadas a partir de dentro. O laboratório grego demonstrou isto amplamente: o "bypass" do tríptico parlamento-governo-referendum e o empobrecimento em massa. Como já escrevera em sua época Milton Friedman, no prefácio de seu best-seller – e, como já foi repetido muitas vezes pelos tecnocratas europeus – apenas uma grande crise oferece a oportunidade de

---

<sup>15</sup> Cf. R. Martin, *Financialization of Daily Life*, Temple University Press, Philadelphia, 2002.

difundir mudanças radicais quase automaticamente: “é através de crises que, felizmente, o politicamente impossível se torna politicamente inevitável”<sup>16</sup> (leia-se: a aniquilação brutal dos direitos sociais e políticos). Gradualmente, conforme a crise se agrava, o estado de exceção permanente e o suposto bem comum, como instâncias dominantes, forçam os políticos nacionais a implementarem reformas que exigem "sangue e lágrimas", elaboradas por instituições impermeáveis às aspirações dos de baixo, como o FMI, o BCE ou a Comissão Europeia.

Na verdade, nenhum governo ou líder político jamais beneficiará do consenso necessário para a prática de tais sangramentos antissociais. A crise da dívida "soberana" e o euro foram, portanto, intensamente explorados pelas classes dominantes, trazendo à luz a falta total de legitimidade democrática, através da qual esta política-econômica cibernética continuou e foi aperfeiçoada: "*é a Europa que quer assim*" se tornou o refrão que justifica a implantação mecânica de manobras de austeridade, ideologicamente apresentadas como as únicas viáveis e coerentes apenas com os supostos avanços da teoria econômica... neoclássica! Longe de revisar suas falhas, graças à crise, a (não) racionalidade capitalista foi capaz de penetrar mais profundamente ainda, reconfigurando as estruturas de suporte das sociedades ocidentais.

Certamente, a explosão da dívida dos proprietários de casas dos anos 2000, o comportamento ilícito dos operadores do mercado financeiro, as carências jurídicas explosivas e a conivência de juros constituída pelo "complexo político-financeiro" desempenharam um papel considerável na eclosão da crise em seu agravamento posterior e, a seguir, em sua persistência perniciosa. Os anos 2007-08 trouxeram, no entanto, uma grande crise estrutural no regime de acumulação contemporâneo, que não só está enraizada numa dinâmica de longo prazo, mas que também adquiriu um alcance sistêmico, afetando tanto as formas sociais dominantes quanto as subjetividades. Isso não significa, no entanto, que a crise seja desprovida de significado político. Longe disso. Tanto no que diz respeito à pluralidade das causas (econômicas e estruturais) quanto ao que toca, no olho do furacão, a governança e as políticas econômicas adotadas, a crise carrega hoje claramente a marca da luta de classes em nível nacional e

---

<sup>16</sup> M. Friedman, *Capitalisme and Freedom*, University Press, Chicago, 1962, p. ix.

transnacional: a luta de classes conduzida de cima para baixo, ou, em outras palavras, a luta de classes após a luta de classes <sup>17</sup>.

Entre as dezenas de fenômenos que poderíamos citar, contetemo-nos em mencionar o mais convincente, ou seja, a gestão do estouro da bolha imobiliária. No momento em que ela não era mais sustentável pelos mercados, os bancos que tinham emprestado dinheiro também começaram a ir à falência e os Estados que os resgataram viram a sua dívida aumentar enormemente: houve aumento de 60% a 80% da relação dívida / PIB na UE entre 2008 e 2010, ou seja, 2,8 trilhões de dólares, correspondente por alto à importância dos montantes mobilizados para salvar bancos, pouco mais de 2 trilhões. Este é um aspecto do que Christian Marazzi chama "socialismo do capital" <sup>18</sup>, isto é subsidiar as necessidades estaduais expressas pelos "soviets das finanças" ou a socialização das perdas após a acumulação de vários anos de lucros colossais.

Isto significou o aprofundamento vertiginoso das dívidas estaduais que prepararam o mais que puderam o terreno para o uso capitalista da crise. O zelo perverso com que as reformas são introduzidas para (fingir) lidar com o agravamento da crise das finanças públicas resultou em uma espiral descendente, que por sua vez se materializa na radicalização e, ao mesmo tempo, no fortalecimento das mesmas políticas econômicas que contribuíram para agravar a situação. Ou seja... o fracasso das "soluções" neoliberais consistiria no fato de que essas não são suficientes neoliberais... Para o neoliberalismo, na verdade, o que importa não é o real impacto de suas receitas, mas a propagação do princípio do "tudo é mercado", a aplicação intensiva das normas comerciais – para além de sua compatibilidade com os organismos e instituições representativas.

Nesse sentido, vários comentaristas falam de uma exaustão da democracia liberal: a difusão de uma forma de racionalidade de governo que procede de maneira "adocrática" (se colocando para além da legitimação popular), de vastos "processos de desdemocratização", ou mesmo um estado de coisas já em grande parte "pós-democrática" <sup>19</sup>. Na UE, a contratualização dos direitos sociais e a deriva tecnocrática

---

<sup>17</sup> Cf. L. Gallino, *La lotta di classe dopo la lotta di classe*, Laterza, Roma, 2012. Para uma leitura interessante do neoliberalismo em termos de luta de classes mundial feroz a partir do alto contra o baixo, através dos ditames financeiros e de chantagem,

cf. G. Duménil, D. Lévy, *The Crisis of Neoliberalism*, Harvard University Press, Cambridge, 2011 ou D. Harvey, *Brève histoire du néolibéralisme*, Les prairies ordinaires, Paris, 2014.

<sup>18</sup> Cf. C. Marazzi, *Le socialisme du capital*, Diaphanes, Paris, 2015.

<sup>19</sup> Cf., respectivement, P. Dardot, C. Laval, *La nouvel raison du monde*, La découverte, Paris, 2010, pp. 459-464 ; W Brown, *Les habits neufs de la politique mondiale*, Les prairies ordinaires, Paris, 2007, pp. 45-90 ; C. Crouch, *Post-democracy*, Polity Press, Cambridge, 2004.

da governança pública (mais conhecida como a Nova Gestão Pública) assumiram o disfarce de um autoritarismo abastardado. Tal derrapagem perturbadora terminou não só por levar ao questionamento dos próprios fundamentos sociopolíticos da cidadania, mas também, – e sobretudo, – colocou empresas europeias numa vertente insidiosa, onde a diferença entre os regimes políticos tende a desaparecer mais e mais nas mãos de um extremismo real de partidos ditos de centro (esquerda ou direita, pouco importa).

É o alfa e o ômega das democracias que desaparece sob a cobertura e a administração judiciária da *Troika*, apoiados por forças sociais internas aos países periféricos que se beneficiam desta integração <sup>20</sup>. Nada é mais revelador das "relações semicoloniais a que são submetidos os países periféricos", dos "semiprotetorados" <sup>21</sup>, tendo em grande parte abandonado as *minima* democráticas, que a violência e a brutalidade através da qual os programas de ajuste estrutural se materializam. Orientações emitidas por organismos restritos e não eleitos como o Conselho Europeu, a Comissão Europeia ou o tristemente célebre *Eurogrupo*, em acordos recentes, como o *Pacto Euro Plus*, o *Six-Pack*, o *Mecanismo Europeu de Estabilidade e o Tratado sobre Estabilidade, a Coordenação e Governança* (TSCG) e até o *Tafta* em negociação com os Estados Unidos, passando pelos terríveis memorandos infligidos à população grega ou os requisitos detalhados recebidos pelos países do Sul e do Leste sob a chantagem da especulação e da perda de liquidez. O que parece bastante com uma espécie "de golpe de estado em prestações." <sup>22</sup>

## O ciclo de lutas de 2011

2011, um ano quente em todo o mundo, está para a atualidade como 1968 esteve para a sequencia transnacional de lutas precedentes: um catalisador de um descontentamento que esteve latente por muito tempo. As velhas promessas de bem-estar que consistiam em um bem-estar sempre crescente e uma melhoria constante de possibilidades de vida não parecem mais críveis. Os requisitos mínimos de uma

<sup>20</sup> Para a análise da pluralidade de forças sociais que colidem a um nível multi-escalar no processo de integração europeia, cf. trabalho de pesquisa alemão do grupo interdisciplinar *EUropa Staatprojekt*. Pour la définition du concept d'extrémisme du centre, cf. E. Balibar, *Préface*, in C. Schmitt, *Le Léviathan dans la doctrine de l'État de Thomas Hobbes*, Seuil, Paris, 2002 ; cf. aussi T. Ali, *The Extreme Centre*, Verso, Londres, 2015.

<sup>21</sup> C. Durand, R. Keucheyan, « Un césarisme bureaucratique », in C. Durand, *En finir avec l'Europe*, La Fabrique, Paris, 2013, pp. 89-114, citations pp. 94-95.

<sup>22</sup> L. Gallino, *Il colpo di Stato*, Einaudi, Torino, 2013, p. 190 ; por uma argumentação Sociológico-política rigorosa a respeito dessa expressão, cf. pp. 187-206.

"sociedade decente", nas palavras dos comunitaristas progressistas, não existem mais lá onde nos apontam, na Europa como noutros lugares.

Embora só tenha atingido um alcance verdadeiramente global em 2011, o ciclo de lutas contra os efeitos antissociais da crise começou na Grécia em dezembro de 2008. Se, durante a primeira década do novo milênio foi a América Latina que conheceu processos constituintes de amplo significado histórico, com a tomada do poder pelos movimentos populares na Venezuela, Bolívia e Equador e com o estabelecimento de governos progressistas no Brasil, Argentina e Uruguai; foi a Europa que, a partir da rebelião grega, parece finalmente acordar de "um pesadelo que nunca termina." <sup>23</sup>.

Após os fatos de Gênova em 2001 e a desaceleração gradual do movimento altermundialista, a neoproletarização em massa causada por planos de ajuste estrutural, finalmente, conduziu a uma situação de grande tensão. Esquemáticamente, nesse contexto nacional, as formas de oposição às imposições financeiro-tecnocráticas seguiram um caminho instrutivo, passando de uma situação quase-insurrecional, em 2010, ao desenvolvimento de uma solidariedade concreta, à ocupação de praças que se seguiram à implantação de reformas em 2011, à ascensão da SYRIZA em 2012, para formar um governo social-democrata em janeiro de 2015 e vencer referendun de 5 de Julho – momento de destaque da insurgência popular contra o extremismo de centro – para entrar, por último, numa relação de normalização brutal seguinte a não aplicação da OXI.

A UE se deslocou tão fortemente na direção da direita que mesmo uma moderada social-democracia, como aquela encabeçada por Alexis Tsipras e o seu plano de recuperação econômica, pareceu-lhe muito à esquerda para ser tolerada. Portanto, essa ilusão de ótica não poderia ser resolvida apenas por uma nova perspectiva dos dogmas tão caros à Bruxelas. A desilusão deveria passar pelo esmagamento sem perdão da insolência ateniense, a fim de que o princípio de realidade tivesse precedência sobre o princípio da esperança. As consequências económicas de mais essa "pacificação" foram tão pesadas e vis quanto os seus desdobramentos políticos em toda a UE. Se, entre 2008 e 2011, assistimos na Grécia a um aumento prodigioso das forças anarquistas e autônomas, elas não têm realmente sido capazes de influenciar os jogos de poder que determinam os planos de reestruturação sociais. É por isso que a maioria dos grupos radicais reagiu negativamente à ascensão da SYRIZA, que, pelo menos por um tempo,

---

<sup>23</sup> Cf. P. Dardot, C. Laval, *Ce cauchemar qui n'en finit pas*, La découverte, Paris, 2016.

soube se apoiar sobre a vitalidade dessas forças, alimentando uma dialética virtuosa entre grupos auto-organizados e sua estrutura de partido: nunca se teria imaginado que pudesse alcançar 36% dos votos válidos nas eleições de janeiro 2015, depois de cinco anos de mobilizações populares intensas.

A partir de 2012, a dualidade da forma de contrapoder, tanto social como política, mudou lentamente o jogo, conquistando terreno em termos de enraizamento territorial e opinião pública. A interação entre os movimentos auto-organizados – no sentido mais amplo – e uma forma-partido aberta em sua base, provocou uma aliança contra as políticas de austeridade. Sem entrar nos detalhes dos momentos mais ou menos felizes ou difíceis que caracterizaram essa fase (aproximadamente de janeiro-julho 2015 até o braço de ferro com as instituições financeiras da União Europeia), podemos dizer que se estabeleceu na Grécia uma relação de cooperação entre um partido popular em grande linha ascendente, e um arco de contundentes mobilizações de massa <sup>24</sup>. Assim, a profundidade da degeneração social e política-econômica nos últimos anos levou a Grécia a uma politização da vida cotidiana, o que vai muito além da arena eleitoral e do plano militante tradicional, para investir diretamente todo o campo social e a esfera pessoal. É esta integração total entre vida e política que 1) teve a vitória no referendo em 5 de Julho de 2015 e 2) terminou neutralizado na semana seguinte, pela Hidra Europeia.

*Mutatis mutandis*, se podem fazer as mesmas observações a respeito dos outros epicentros das revoltas globais. Abalados por entusiasmos e refluxos (mesmo reacionários), dezenas de outros contextos nacionais recentemente foram penetrados por processos de transformação social de grande alcance. Em 17 de dezembro de 2010, Mohammed Bouazizi pôs-se em chamas em Sidi Bouzid, Tunísia, desencadeando meses de revoltas que levaram à destituição do antigo ditador Ben Ali e sua família. O efeito dominó resultante dessa primeira derrocada foi grande e impactante. O Egito foi logo atingido, em janeiro de 2011, por movimentos insurrecionais que representaram não só um farol para muitos movimentos na Europa e nos EUA em 2011, ou na Turquia e no Brasil em 2013, como também conseguiram derrubar o regime de Hosno Mubarak. De Marrocos à Península Arábica (Kuwait, Bahrein, Iêmen, Omã) para o Sudão, passando pela Argélia, Líbia, Líbano e Síria, os fogos da revolta se acenderam em grande parte do

---

<sup>24</sup> Nos primeiros meses de 2015, se assistiu mesmo a algumas demonstrações bem impressionantes exortando o governo contra o inimigo externo representado pela Troika e seus aliados domésticos encarnadas por grupos personificando o grande capital.

Oriente Médio, desestabilizando o que até pouco tempo eram sólidos equilíbrios do poder, numa região sensível do ponto de vista geopolítico. No entanto, além da chamada "Primavera Árabe", muito complexa e específica para analisar-se nestas páginas, foram as experiências espanhola e norte-americana que entram em maior ressonância com a resistência grega e que também forneceram lições importantes para o que está acontecendo na França agora.

A sequencia espanhola de acampadas, por exemplo, nos mostra a tentativa de superar a velha contradição estratégica entre a tomada do poder e prática de antipoder. Ambas as perspectivas há muito tempo se opunham uma a outra, de modo que se lutava seja para ganhar o poder (e, em seguida, mudar a sociedade), seja para transformar a sociedade, sem aspirar a tomar o poder (percebido essencialmente como o desvio de todo impulso de emancipação). Mas, na Espanha nos últimos anos ocorreu a interação dialética entre essas duas estratégias, ou seja, a articulação, certamente incompleta, entre "horizontal" e "vertical", através da organização de formas políticas sem precedentes, visando institucionalizar a conflitualidade e a criatividade própria aos movimentos sociais. O florescimento, entre 2008 e 2011, do mutualismo, da ajuda, de associações e cooperativas (voltadas ao consumo, trabalho, habitação, crédito), bem como as várias propostas que se condensam na "economia social e solidária", assim como nas diversas tentativas de reconstrução do bem-estar social a partir de baixo (saúde, educação, direitos humanos), mantidas por redes em regime de autogestão, têm sido capazes de expressar uma produtividade política de grande interesse. Constituem, assim, um multiplicador de transformações sociais e subjetivas aptos para assegurar a passagem, depois do colapso do bem-estar social e o crescimento do desemprego, da "*política da necessidade*" a "*necessidade de política*". Muitos dos ativistas do movimento dos *Indignados* provêm, na realidade, das práticas alter-econômicas, dos bens comuns e das formas de autogoverno, um iceberg militante cuja *Plataforma de los afectados por la hipoteca* (PAH) – a partir do movimento contra os despejos e pelo direito à moradia, animado particularmente por latinos e onde Ada Colau havia se engajado, atual prefeita de Barcelona – é apenas a ponta aflorada.

Os protestos dos *Indignados* inspirados pela ocupação da Praça Tahrir, no Egito, geraram assim vários experimentos organizacionais que não desistiram de investir ativamente na esfera estatal e na esfera institucional. Das experiências neomunicipalistas até o Podemos, as mobilizações espanhóis fizeram do Estado um campo de batalha crucial, a fim de expandir e, posteriormente, intensificar as suas

próprias lutas. Partes de questões sociais urgentes e fundamentais, as manifestações espanholas nos convidam a não decidir prematuramente entre posições de princípio ou de pura "ideologia" (principismo), mas se abrir e buscar convergências híbridas com quem quer que possa ajudar a concitar processos constituintes. Assim, várias vertentes do movimento sentiram a necessidade de cruzar o limiar da política institucional, tanto no nível nacional com a criação do Podemos, quanto localmente por meio das coligações municipalistas. Se o Podemos, apesar das contradições que o atravessam desde a sua fundação, conseguiu abalar o bipartidarismo mortal que opõe ficticiamente o Partido Popular (PP) ao Partido Socialista Espanhol (PSOE), os movimentos neomunicipalistas por sua vez deram vida a uma constelação consistente de "cidades rebeldes": Birmingham, Bristol, Nápoles, Messina, Barcelona, Madrid, Zaragoza, Cádiz, Santiago de Compostela, A Coruña, Pamplona, Badalona, entre outras.

Considerações semelhantes também explicam a trajetória política nos Estados Unidos, onde um fio vermelho subterrâneo liga de modo não linear o entusiasmo com a campanha *Yes We Can*, de Obama em 2008, àquele causado pelas primárias democratas de 2016 por Bernie Sanders – ambos os momentos eleitorais encontram em Occupy Wall Street um ponto de transição decisivo. Ao contrário do que aconteceu com o Podemos e o neomunicipalismo espanhol, nascidos de um impulso de baixo para cima gerado pelos movimentos sociais e que produziram novos sujeitos políticos, assistimos com Sanders a uma lógica inversa. É ele mesmo, como uma esponja, que tentou absorver e dar força aos órgãos que surgiram na cena social e política desde 2011, sem tentar subsumi-los.

As mobilizações trabalhadoras e os protestos anti-austeridade em Wisconsin (as maiores greves da história americana contemporânea) até a aparição do *Black Lives Matter* (vidas negras importam), passando pelo *Occupy Wall Street*, a luta dos McJobs das redes de fast-food pelo salário US \$ 15/hora, os protestos estudantis para acesso gratuito ao ensino superior, a luta pela reforma do sistema de saúde, a passeata contra as alterações climáticas, a oposição ao *fracking* etc. Em todas essas questões, Sanders acaba adotando a linguagem dos movimentos sociais, mesmo em questões sensíveis para um político do establishment dos EUA, como o anti-imperialismo e os direitos dos palestinos. Foi assim que Sanders tentou unir uma multiplicidade das reivindicações já presente nos EUA, proporcionando uma caixa de ressonância midiática para proliferar ainda mais as movimentações.

A campanha de Sanders, como um sintoma, revelou uma mudança radical no ambiente público americano, constituindo um catalisador bastante eficaz para o pluralismo de lutas. O projeto "Nossa Revolução", lançado após a última Convenção Democrata, pretendeu tornar-se a ferramenta para valorizar o capital político acumulado através do bizarro encontro entre um velho senador de Vermont e novíssimas gerações de ativistas e militantes. Apesar dos riscos de cooptação que, é claro, essas iniciativas sempre escondem, "nossa revolução" pretende mobilizar a geração mais jovem através das raízes de suas estruturas a nível local e a organização em longo prazo da politização promovida pela campanha das últimas primárias. O percurso renunciado para o futuro é o de uma "revolução política".

Para além da sua diversidade, estes casos mostram como uma classe média em decadência e os extratos neoproletarizados foram capazes de operar um processo reformista muito avançado, marcando assim uma descontinuidade com o passado. O "primeiro" Syriza, Podemos, neomunicipalisms, Sanders, mas também Jeremy Corbyn suscitaram, cada um à sua maneira, inovações políticas que fizeram a ligação entre movimentos sociais e o plano institucional, conquistando espaços de (contra) poder inesperados ainda há poucos anos. Quais são as relações de poder reais que conseguiram se materializar em médio prazo? Elas conseguirão expandir e fortalecer as suas margens de manobra prática e discursiva? Será que elas vão escapar dos ditames das pressões dominantes e impor a sua agenda? É à luz destas tentativas de renovação da combinação entre "autonomia" e "organização" em vias de desenvolver um contra-ataque contra o neocapitalismo, que pretendemos abordar as questões políticas gerais do longo Março francês. Evitando qualquer interpretação teleológica da relação entre esses dois polos, tentaremos em seguida traçar as linhas de uma perspectiva reivindicatória suscetível de veicular processos de subjetivação política. Está em questão a formação imprevisível de um "nós", sem o que nada de novo nunca vai surgir sob o sol.

## **Referências**

ALI, T. *The Extreme Centre*, Verso, Londres, 2015

ARRIGHI, G. *The Long Twentieth Century*, Verso, Londres et New York, 1994.

BALIBAR, E. *Préface*, in SCHMITT, C. *Le Léviathan dans la doctrine de l'État de Thomas Hobbes*, Seuil, Paris, 2002

- BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*, Gallimard, Paris, 1999.
- BROWN, W. *Les habits neufs de la politique mondiale*, Les prairies ordinaires, Paris, 2007
- CROUCH, C. *Post-democracy*, Polity Press, Cambridge, 2004.
- DARDOT, P. LAVAL, C. *La nouvel raison du monde*, La découverte, Paris, 2010.  
\_\_\_\_\_. *Ce cauchemar qui n'en finit pas*, La découverte, Paris, 2016.
- DURAND, C. KEUCHEYAN, R. «Un césarisme bureaucratique», In: DURAND, C. *En finir avec l'Europe*, La Fabrique, Paris, 2013.
- FRIEDMAN, M. *Capitalisme and Freedom*, University Press, Chicago, 1962.
- FUMAGALLI, A. *Bioeconomia e capitalismo cognitivo*, Carocci, Roma, 2007.
- GALLINO, L. *La lotta di classe dopo la lotta di classe*, Laterza, Roma, 2012
- MARAZZI, C. *Le socialisme du capital*, Diaphanes, Paris, 2015
- MARTIN, R. *Financialization of Daily Life*, Temple University Press, Philadelphia, 2002.  
\_\_\_\_\_. *Il colpo di Stato*, Einaudi, Torino, 2013